

SEVERO, Cristine G.; MAKONI, Sinfree. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. (Coleção Linguística). Vol.5, Florianópolis: Insular, 2014.136p. ISBN: 978-85-7474-856-6

Por Alexandre António Timbane¹

O livro “Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica” de Severo e Makoni (2015) é uma obra preciosa que reúne debates a cerca da política e do planejamento linguístico no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O estudo sobre as políticas linguísticas na África lusófona e no Brasil ainda são escassos, na comunidade acadêmica. O livro de Severo e Makoni (2015) preenche essa grande lacuna pelo fato de abordar como a política interferiu/interfere no destino das diversas línguas faladas no espaço lusófono. O livro levanta a problemática de relação do português como língua da colonização (de controle, de dominação, de subjugação e de subversão), do português como língua nacional (oficialidade) e ainda português como língua de comunicação internacional.

O livro levanta debates que envolvem a relação entre as línguas e as pessoas, culturas, crenças e comportamentos em diversos estágios da formação de Estados no espaço lusófono. O livro faz uma projeção do futuro das línguas no espaço lusófono com especial atenção para as relações dos PALOP e o Brasil, uma vez que o Brasil influencia linguístico e culturalmente nos PALOP através de novelas, música, notícias entre outros materiais provenientes das mídias.

O livro foi coroado por uma apresentação do ilustre professor Ashraf Abdelhay, docente da Universidade de Cambridge, investigador ativo em políticas e planejamento linguístico de línguas africanas. É importante referir a qualidade das referências utilizadas nos debates e na fundamentação teórica do presente livro. Trata-se de 233 referências bibliográficas recentes, de maior relevância para os estudos linguísticos e recomendadas para quem se interessa pela temática em debate. Essa quantidade bibliográfica fornece uma qualidade aprofundada do debate sobre políticas e planejamento linguísticos. É importante referir que 94% das obras citadas pelos autores foi escrita em língua portuguesa e é acessível em livrarias e em bibliotecas das instituições privadas e públicas (universidades federais, estaduais, municipais) brasileiras.

No primeiro capítulo “Políticas linguísticas e a invenção da língua no Brasil”, os autores discutem as políticas linguísticas coloniais e pós-coloniais no Brasil relevando os primeiros atos

¹Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês (BA)

do planejamento que se observaram com produção das primeiras gramáticas escritas. O debate não aponta apenas a língua oficial, mas também a importância das diversas línguas indígenas brasileiras e sua relação com a cultura local. O capítulo destaca a formação da variedade brasileira do português e a formação do dialeto caipira que resulta de ‘regionalização das identidades’, dos sotaques e dos regionalismos linguísticos.

No segundo capítulo 2 “Línguas em Angola e a africanização da língua no Brasil”, os autores narram a chegada do português em Angola e intervenção política colonial que colocou as diversas línguas angolanas em desvantagem comparativamente ao português. Levanta-se ainda a influência da religião na expansão e na implementação de uma política linguística colonial que fomenta a língua portuguesa e proíbe o uso das línguas locais. Nota-se aqui a resistência no uso da língua do colonizador, mas por outro lado, da importância da língua do colonizador na unificação linguística das diversas etnias que falam as diversas línguas angolanas. O capítulo aproveita mostrar como as línguas angolanas (especialmente o kimbundo) influenciaram na construção da variedade brasileira do português. Nota-se no português do Brasil a existência de um conjunto lexical e cultural vinda com povos escravizados que chegaram no período do tráfego de escravos no Brasil. O capítulo não analisou apenas os contextos linguísticos de Angola, mas também estabeleceu a relação com a situação linguística brasileira, atitude que revela a relação entre os dois países.

Percorrendo os PALOP, o terceiro capítulo “Moçambique: políticas linguísticas na história colonial e pós-independência” inicia com a apresentação do Moçambique colonial. Aqui, os autores analisam a influência islâmica, árabe e bantu naquele espaço geográfico. Levanta-se a relevância da consolidação das etnias na preservação das línguas moçambicanas e a ascensão do português no ensino e para o assimilato. O período pós-colonial continua com a política linguística colonial através da oficialização apenas do português desconsiderando as diversas línguas africanas. É no período pós-colonial que através do partido no poder (a FRELIMO) que se combate o regionalismo fomentando e incentivando a união e o uso do português. Com o surgimento de políticas multipartidárias (nos anos 1992) fomenta-se a educação bilíngue que é uma tentativa de valorizar as duas dezenas de línguas bantu faladas no território.

Em seguida, os autores concentram suas atenções para “Cabo Verde e a dimensão colonial do crioulo e da língua portuguesa” (quarto capítulo) onde destacam uma situação da formação e difusão do crioulo como a língua mais falada naquele país. Os debates mostram como o português se enraizou num espaço onde predomina o crioulo influenciado até pelo principal partido, o PAIGC. A lusitanização e a crioulição são fenômenos que mais se evidenciaram em Cabo Verde

embora ambos fossem resultados do processo da colonização. Para os autores “a lusitanização foi usada como chave de leitura para compreender a dinâmica social e histórica das línguas em Cabo Verde.” (SEVERO; MAKONI, 2015, p.88).

No quinto capítulo fala-se sobre “Línguas e estados nacionais” que é uma ‘amarração’ dos assuntos discutidos nos capítulos anteriores. Os autores da oficialização e da nacionalização linguística foram marcantes nos períodos colonial e pós-colonial e ditaram o destino das diversas línguas sem estatuto superior. As línguas africanas assumem protagonismo na vida real dos africanos embora não fossem oficiais, o que confina o português nas zonas urbanas. As línguas em contextos coloniais foram impulsionadas pela coroa portuguesa e pela religião católica através do *cristianletos*. A produção linguística em África só se consolidou no século XIX com *Summer Institute of Linguistics*. No Brasil, o português se intensificou com instalação da família real e com a implementação da política nacionalista brasileira que buscou a identidade nacional. Hoje algumas línguas indígenas e europeias são co-oficiais em alguns municípios brasileiros e reforçam a educação bilíngue que resgata a identidade linguística dos brasileiros. As línguas são entidades sociais, dependem das práticas sociais e assim, a sua expansão ou desaparecimento depende da relação entre a língua e as práticas sociais.

Por fim, o sexto capítulo, a “Lusitanização e integracionismo: por um olhar crítico e contextualizado” faz uma observação crítica das línguas focando para a língua como um código, como expressão do pensamento, como representante do mundo exterior e que assume a relação a outras linguagens. Para compreender a lusitanização não basta analisar sob o ponto de vista do integracionismo. Pode-se explorar outras abordagens incluindo a cultura e a filosofia. A CPLP promove apenas o português e pouco discute as diversas das línguas que convivem no espaço geográfico-territorial. Algumas línguas estão reduzindo o número de falantes consequência de políticas linguísticas segregadoras. O capítulo termina apontando que que novos signos pós-coloniais estão aparecendo na CPLP fazendo surgir a brasilfonia, angolafonia ou moçambifonia que resulta do contato entre o português e as diversas línguas faladas no espaço lusófono fato que resultou na lusitanização. A lusitanização não explica como África influenciou o Brasil na formação de práticas e discursos afro-brasileiros. Não explica de que forma ocorre o retorno dessas práticas e discursos para África lusófona. Os autores prometem esse debate nas próximas pesquisas.

Referência

SEVERO, Cristine G.; MAKONI, Sinfree. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. (Coleção Linguística). Vol.5, Florianópolis: Insular, 2014.